



ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história.** São Paulo: Intermeios, 2019.

Milena Santos Mayer¹

“Os textos aqui reunidos formam uma constelação simultaneamente erudita e polêmica, ferina e generosa, que pode ser lida de trás para frente, de frente para trás, com pés calçados no presente, com olhos no passado ou como um projeto de história futura” (CEZAR, 2019, p.12). É assim que o historiador Temístocles Cezar apresenta o livro “O Tecelão dos Tempos” “publicado no ano de 2019 pela Editora Intermeios. Publicados anteriormente em outros livros ou revistas acadêmicas, os escritos são frutos de análises, pesquisas e apresentações do historiador Durval Muniz Albuquerque Junior em conferências, aulas magnas ou seminários. O autor de “A Invenção do Nordeste e Outras Artes” (1999), “Nordestino: Uma Invenção do Falo - Uma História do Gênero Masculino” (2003) e “História: A Arte de Inventar o Passado” (2007), dentre outros, apresenta a nova publicação rebatendo críticas e comentando a repercussão que o livro de 2007, dedicado também à teoria, que causou entre os colegas da academia.

Segundo Durval, as críticas iniciaram pelo próprio título, uma vez que os termos arte e invenção sugerem um debate polêmico e recorrente no campo da história diante da busca por uma cientificidade. Além das questões teóricas, o autor foi avaliado em relação a forma em que o texto foi construído e apresentado. Por esse motivo, o historiador dedica a apresentação do novo livro para rebater as críticas, justificar e argumentar o uso do ensaio como gênero de escrita. Para ele é possível produzir conhecimento histórico preocupando-se também com a forma e com a estética da narrativa. No decorrer da leitura é possível perceber a intenção em reforçar o entendimento de que o trabalho do historiador é um trabalho de escrita e que, portanto, a forma dessa escrita é essencial e um desafio constante. “Sem a reflexão crítica sobre a arte da narrativa não há ciência possível na historiografia” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 16).

A obra é, portanto, um conjunto de textos sobre teoria da história divididos em três partes compostos por metáforas, imagens, argumentos e ironias, escritos em forma de ensaios científicos, como o próprio autor denomina. As referências teóricas e metodológicas aparecem

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



nas notas de rodapés, mas também suas leituras, inspirações e intenções são indicadas a todo o momento, e não poderia ser diferente, visto que a questão da subjetividade é encarada de frente pelo autor como objeto de análise e como prática em seu texto.

O primeiro ensaio apresenta a atividade do historiador como o trabalho de um artesão. Por meio de analogias e metáforas, o ato de escrever a história é comparado ao ato de tecer, apontando o historiador como um tecelão dos tempos, que organiza, costura e tece fios para produzir uma narrativa. Uma reflexão poética, repleta de imagens que ressalta a jornada solitária de um pesquisador que embora só, precisa coser fragmentos concebidos por seus pares. A reflexão é também um convite para estudantes ou jovens historiadores, para que resistam as exigências do mercado e que persistam no caráter artesanal e artístico do ofício.

É com esse olhar que o autor apresenta também suas análises acerca da escrita da história marcadas pelas discussões de gênero e do corpo. A historiografia foi pensada por homens e para os homens, e, mais apropriadamente, para determinados homens. Durval cita referências de relevantes trabalhos escritos por mulheres, entretanto, provoca e questiona se essas pesquisas deixaram de ter um caráter masculino. Acredita que as leituras e as abordagens feministas não tem impactado a escrita da história ou as reflexões quanto a esta temática. Assim, como registra que os corpos e todas as suas especificidades biológicas, físicas ou emocionais como os sentimentos, as paixões, as sensibilidades também ainda são negligenciadas na escrita da história.

Do mesmo modo, as práticas de pesquisa a partir de arquivos aparecem como objeto de análise. O tema é a relação entre o historiador e todos os movimentos que envolvem o ato de pesquisar. A crítica posta é a que o historiógrafo entra em um arquivo para procurar um documento, produz uma análise e expõe em seu texto apenas a leitura, a teoria e os métodos para responder seus objetivos, ocultando do leitor todas as nuances que envolvem a prática de uma pesquisa como por exemplo: as impressões sobre o local do arquivo, o suporte da fonte, as marcas de uso, a organização e a classificação que sofreram. Talvez grande parte dos historiadores ignorem esses detalhes uma vez que outros campos do conhecimento têm se dedicado a esses processos como a arquivologia, biblioteconomia ou museologia, por exemplo.

Por meio da leitura percebe-se que o autor acredita que a busca pela cientificidade no campo da história silencia os registros de afetividade ou sensibilidade que podem ocorrer a partir do encontro com a fonte. Portanto, os historiadores deveriam se permitir compartilhar suas satisfações ou frustrações diante da pesquisa, bem como a sensação diante de um papel amarelado e empoeirado ou então muito bem acondicionado em embalagens adequadas e



condições controladas de temperatura e umidade. “Do encontro entre a poeira e a poesia, quase nada restará no texto” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 67).

Especialmente no quarto capítulo, o autor demonstra sua habilidade em escrever fazendo uso de elementos comumente associados a literatura. Tratando ainda sobre arquivos e documentos, constrói uma análise sobre a produção do conhecimento histórico a partir da “fala” dos documentos que aparecem como personagens da narrativa. Talvez esse seja o texto que mais cause estranhamento aos leitores supostamente apegados aos rigores científicos. Com base na biografia do poeta português António Nobre escrita por Guilherme de Castilho², o autor descreve e imagina como reagiriam as fontes diante do processo de guarda, seleção e pesquisa. Correspondências, diários, cartões postais conduzem o leitor à reflexão de que os documentos não são simplesmente armazenados, encontrados e lidos, mas que são fabricados pelos sujeitos envolvidos, inclusive pelo pesquisador (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 91).

Outro ponto pertinente para a teoria da história e para a história da historiografia é a questão das biografias. Durval lembra que a busca pela cientificidade na área acabou por restringir e até mesmo desprestigiar os trabalhos biográficos, os quais passaram a ser retomados a partir da década de 1960. Nesse sentido, reconhece a posoprografia como recurso heurístico para pesquisas com perspectiva biográfica, considerando que a posoprografia é a investigação dos traços comuns do passado de um grupo de sujeitos por meio do estudo coletivo de suas vidas.

O ensaio que encerra a primeira parte sobre a escrita da história diz respeito a produção de Carlos Ginzburg voltada à essa temática. Talvez seja o texto mais ácido que compõe essa coletânea. O ensaísta apresenta os métodos e as propostas do historiador italiano, argumentando que os discursos inquisitoriais e judiciários investigados por Ginzburg se aproximam de sua postura diante de outros pesquisadores denominados de pós-modernos, narrativistas ou céticos. A estratégia utilizada seria a mesma dos inquisidores: “simplificar e homogeneizar o inimigo a combater” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 129).

Aponta que o italiano não propõe o debate de ideias, pois utiliza a desqualificação pessoal para tratar daqueles que não concorda. Mas, para além do debate Ginzburg *versus* Michel Foucault ou Ginzburg *versus* Hayden White, esse ensaio é especialmente provocativo

² CASTILHO, Guilherme de. Vida e obra de António Nobre. 3 ed. Amadora: Bertrand, 1980. Além da biografia o autor também cita a seguinte referência: CASTILHO, Guilherme de (Org). António Nobre: correspondências. Lisboa: INCM, 1982.



por tratar de um debate urgente e atual, que é a questão dos negacionismos e dos revisionismos na história, tema que fica evidente também nas partes seguintes do livro.

Os usos do passado compõem o assunto da segunda seção da obra com quatro capítulos. O autor apresenta textos que discorrem sobre o papel do historiador e suas práticas, isto é, a função social da história e do ofício de historiador. A reflexão acerca da etimologia das palavras surge a todo momento, em quase todos os ensaios, mas podemos observar essa característica de forma central na segunda parte da obra, com observações e proposições para o termo “patrimônio”.

Assim como os sujeitos, as ideias não são inertes ou imutáveis, os conceitos estão sempre em movimento. Desse modo, as possibilidades de raciocínios a partir de determinados conceitos podem constantemente sugerir ou receber novos olhares. Para compreender e exemplificar essas possíveis mutações, o autor nota que a palavra patrimônio remete em sua etimologia a ideia de herança, algo que passa a existir a partir da morte de um patriarca, ao passo que o termo matrimônio indica o ato e a responsabilidade de gerar uma vida (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 151).

Embora, na contemporaneidade, estas palavras sejam utilizadas em contextos culturais diferentes, o autor sugere um deslocamento de perspectiva, pois quando se trata de patrimônio logo há uma associação com a memória, que estaria relacionada a concepção de vida e não a imagem de fim ou de morte. O mérito desse exemplo entre os termos patrimônio ou matrimônio não está apenas em sugerir novos termos, mas também novos pontos de vista a respeito de conceitos supostamente fixos e definidos para pensá-los a partir de novos significados e experimentações diante dos anseios e necessidades da sociedade contemporânea (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 163).

Ainda sobre os usos do passado, o autor analisa produções literárias e de história em língua portuguesa, especialmente de escritores oriundos da metrópole e de países colonizados como José Saramago, José Eduardo Agualusa e Mia Couto. Apresentando características da literatura para indicar que o historiador deve “expor o sangue derramado, o cheiro de carne calcinada” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 177), isto é, escrever sobre traumas e tratá-los como tais, criticando novamente a historiografia que foge das subjetividades e das emoções. Da mesma forma, outro ensaio desenvolve a relação entre comemoração e memória, problematizando a questão da celebração de determinados acontecimentos excluindo o senso crítico. Comemoração, monumento e memória são fontes que devem ser analisadas e interrogadas desde a sua concepção (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 181).



O encerramento da segunda parte do livro traz novamente as reflexões sobre o lugar do conhecimento histórico na sociedade. Discorrendo sobre os conceitos de real, realidade, verdade e discurso, Durval anota que Hayden White não nega a existência do real, embora muitos críticos apontem que o historiador americano o faça quando aproxima as ideias de discurso historiográfico e discurso literário. O texto expõe que a historiografia é composta por um enredo em que o pesquisador deve sensibilizar e humanizar através da escrita, e é nesse sentido que seria necessário falar sobre o corpo e suas características tangíveis a fim de proporcionar um conhecimento que ofereça a devida dimensão das materialidades e das subjetividades envolvidas.

Além do holocausto, que é um exemplo amplamente conhecido quando se trata dessas questões, o é também da historiografia brasileira sobre o golpe de 1964. Para o escritor, a produção historiográfica nacional não foi capaz de mobilizar a sociedade, posto que atualmente muitos sujeitos defendem o retorno de um regime ditatorial. “Os textos não produziram experiência, o experimento, a prova do que seria ser torturado” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 210).

Na terceira parte do livro, sobre o ensino de história, o autor traz o conceito de regime de historicidade de François Hartog, salientando que não se trata de um conceito abstrato e sim experienciado, recorrendo à etimologia das palavras cria também metáforas com os termos dieta e regime alimentar, percebendo a aula de história como um espaço de conhecimento e simulação para a experimentação e a degustação de outros tempos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 221). A concepção de aula não está dissociada da escrita da história, a performance em uma sala de aula também é a construção de uma narrativa, marcada por escolhas teóricas, políticas, filosóficas e de discurso.

O autor apresenta ainda a discussão em torno da desnaturalização da ideia de formação escolar, a crise da instituição escola e o desprestígio do professor. Ao professor, atualmente, cabe o desafio de compreender que os cursos de licenciatura formam alunos que não existem mais e que é preciso “um professor que deforme e não que forme” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 240). O professor como mediador do processo de aprendizagem para uma educação crítica e emancipadora.

O pensamento de Foucault perpassa todos os textos, entretanto é no último ensaio que o autor estabelece uma análise acerca da obra do filósofo e propõe diálogos com o ensino de história. Durval adverte os chamados foucaultianos, àqueles que se dizem seguidores de uma “igrejinha que ele nunca pretendeu fundar e possivelmente detestaria [...]” (ALBUQUERQUE



JUNIOR, 2019, p. 264) e enfatiza um posicionamento já exposto nos textos anteriores, a oposição à tentativa de utilizar conceitos e métodos que foram pensados a partir de uma determinada pesquisa como ferramenta para encaixar em outra, prática comum na Academia. Para o historiador, a pesquisa inspirada em Foucault inicia pela desnaturalização do objeto de pesquisa e que a obra do intelectual francês mostra caminhos e não modelos à serem copiados.

Para concluir a obra é indicada para todos que se interessam pelo tema e para todos os historiadores, uma vez que essa é uma categoria que está constantemente refletindo sobre o próprio ofício. Entretanto é especialmente interessante para alunos que estão no caminho para tornar-se historiadores, professores e pesquisadores. A todo momento o autor indica e apresenta autores, bem como obras, que futuros historiadores inevitavelmente encontrarão em uma trajetória de (de)formação. Durval sugere ainda respostas para uma pergunta que surge frequentemente para os acadêmicos: para que serve a história? O resultado é um entendimento em relação ao papel social do historiador por meio de ensaios que apresentam reflexões em defesa do campo e trazem um posicionamento profissional e cidadão sobre a utilidade na história.

Criticado por entender a história como “a arte de inventar o passado”, como se esse entendimento desqualificasse a cientificidade da história, na verdade apresenta de maneira objetiva a responsabilidade política e social de se trabalhar com a lembrança e com o esquecimento, mas sem negligenciar o prazer que uma boa narrativa pode proporcionar. A obra sintetiza, através de seus ensaios e temáticas, enfim, a ciência histórica comprometida com política, ética e também com a estética.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007.

CEZAR, Temístocles. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.